

Capítulo 21

ATENDIMENTO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

MARIANA SOUZA DE ASSIS¹
RAUL ABREU BATISTA GOMES¹
MARIA LYA PINHEIRO BEZERRA¹
ANA HELLEN MARQUES FERREIRA¹
CLARA ANDRADE DE MORAES¹
MARIA LETÍCIA BATISTA ALVES¹
THAÍIS HELENA HOLANDA VIANA¹
CAMILA ALBUQUERQUE COLARES¹
THAYS MACEDO GASPAR¹
MARIA CLARA SANTOS DE PAULA PESSOA¹
ILAINÉ MARIA CAMPOS LEITE¹

1. *Discente - Medicina da Universidade de Fortaleza.*

Palavras Chave: TEA; Promoção da saúde; Atenção primária à Saúde.

INTRODUÇÃO

O transtorno do espectro autista (TEA) é um transtorno do neurodesenvolvimento de base biológica caracterizado por déficits na comunicação social, interação social e padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses e atividades. Sabe-se que a Atenção Primária funciona como a principal porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS) e do centro de comunicação com toda a Rede de Atenção dos SUS, devendo se orientar pelos princípios da universalidade, da acessibilidade, da continuidade do cuidado, da integralidade da atenção, da responsabilização, da humanização e da equidade. Destes princípios, o Ministério da Saúde (2023), preconiza que a universalidade à saúde é um direito de cidadania de todas as pessoas e cabe ao Estado assegurar este direito, sendo que o acesso às ações e serviços deve ser garantido a todas as pessoas, independentemente de sexo, raça, ocupação ou outras características sociais ou pessoais (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2023). Contudo, muitas vezes, esse direito não é garantido de forma eficiente a todos os pacientes, principalmente aos que necessitam de um cuidado integrado e intensivo contínuo, por conta de diversos entraves de origem socioeconômica que resultam na dificuldade da atenção primária à saúde em manejar tais indivíduos.

Tendo em vista a complexidade na abordagem desse grupo, os princípios do SUS e a escassez de estudos referentes a essa temática, são necessárias mais pesquisas voltadas para a criança autista inserida no contexto da Atenção Primária, a fim de identificar as necessidades a curto e longo prazo, bem como os tratamentos e os mecanismos por trás deles que poderiam resultar em maior independência e qualidade de vida ao longo do tempo. Sabendo-se que, a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), car-

rega consigo o reconhecimento do sujeito, inserção social e singularidade, atendendo as demandas da população sem distinção, é imprescindível que esse grupo esteja bem assistido no contexto primário de saúde. Romeu & Rossit (2022), reforçam que apesar da maioria das crianças com TEA já demonstrarem alterações de comportamento com 1 ano de vida, a maioria só é diagnosticada em torno de 3 anos de idade, sendo que $\frac{1}{3}$ dessas crianças são diagnosticadas apenas em idade escolar. Dessa forma, os familiares tornam-se um elemento essencial na contribuição de informações e prioridades em atendimentos para o desenvolvimento de pacientes com TEA (ROMEU & ROSSIT, 2022). Nesse contexto, o preparo ineficiente, bem como a falta de integração de profissionais de saúde na primeira infância contribui para o atraso no diagnóstico e do cuidado de pacientes com TEA, bem como aumenta o estresse dos responsáveis que procuram por atendimento na atenção primária (ROMEU & ROSSIT, 2022).

Diante disso, o objetivo deste estudo foi realizar uma revisão de literatura acerca do atendimento em pacientes pediátricos com TEA na atenção primária, baseado em bancos de dados de produção científica sobre o tema.

MÉTODO

Trata-se de uma revisão de literatura realizada no período de outubro e novembro de 2023, por meio de pesquisas nas bases de dados SciELO e *Google Acadêmico*. Foram usados os descritores: “Transtorno do Espectro Autista”, “TEA”, “Atenção Primária” e “Atenção Básica”. Desta busca foram encontrados 11 artigos, posteriormente submetidos aos critérios de seleção.

Os critérios de inclusão foram: artigos nos idiomas português e inglês; publicados no período de 2021 a 2023 e que abordavam as temá-

ticas propostas para esta pesquisa, estudos do tipo revisão, disponibilizados na íntegra. Os critérios de exclusão foram: artigos duplicados, disponibilizados na forma de resumo, que não abordavam diretamente a proposta estudada e que não atendiam aos demais critérios de inclusão.

Após os critérios de seleção, restaram 11 artigos que foram submetidos à leitura minuciosa para a coleta de dados. Os resultados foram apresentados em tabelas ou, com base na âncora teórica das diretrizes de atenção à reabilitação da pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O termo "Transtorno do Espectro Autista" (TEA) descreve um grupo heterogêneo de transtornos neurodesenvolvimentais com etiologias diversas, mas caracterizados por prejuízos na interação social, comunicação social e com padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses e atividades. Após a identificação de sinais de alerta pelo cuidador ou prestador de cuidados da criança, a avaliação do desenvolvimento e do comportamento deve ser realizada o mais cedo possível. Isso geralmente envolve uma avaliação multidisciplinar, incluindo avaliação médica, avaliação do desenvolvimento, avaliação de linguagem e avaliação do comportamento (WEISSMAN, 2022).

Em todos os artigos analisados, parece haver um consenso da necessidade de rastreamento precoce para diagnóstico de TEA. Para isso, é preciso uma equipe multiprofissional com profissionais treinados e capacitados para a situação. Segundo Simão *et al.* (2023), ainda nas consultas de puericultura realizadas na Atenção Primária devem ser realizadas entrevistas com pais ou cuidadores de forma detalhada para avaliar a história familiar, social e patológica pregressa da criança, com o objetivo

de identificar possíveis fatores de risco para o transtorno. Ademais, o exame físico não deve ser negligenciado, visto que é nesse momento que alterações no desenvolvimento psicomotor e neurossensorial da criança podem ser percebidos pelos profissionais. Entretanto, nem todas as unidades básicas de saúde brasileiras tem a puericultura como ação prioritária, além de ser comum profissionais não utilizarem a Caderneta de Saúde da Criança (CSC), ou mesmo preenchê-la de forma inadequada, o que prejudica o rastreamento de diversos transtornos comportamentais, como o TEA, visto que a CSC é um instrumento que auxilia na detecção precoce de problemas no crescimento e desenvolvimento infantil (SIMÃO *et al.*, 2023).

A importância do diagnóstico precoce para TEA realizado na APS também é destacada por Melo *et al.* (2017), na medida em que descreve o fenômeno conhecido como "Plasticidade neuronal", definido como a capacidade dos neurônios de adaptarem-se às alterações do meio interno e externo. Nessa perspectiva, essa regeneração neuronal, que implica diretamente no desenvolvimento cognitivo e consolidação do conhecimento de um ser, é inversamente proporcional ao crescimento da criança, isto é, quanto mais afastada da sua infância, menor a plasticidade cerebral. Dessa maneira, grande parte dos indivíduos são prejudicados tendo em vista a idade tardia na qual são diagnosticados com TEA, perdendo esse período de plasticidade neuronal, o qual é essencial para que a intervenção terapêutica seja eficaz.

Outrossim, a relevância de uma equipe interprofissional na APS também é fator relevante trazido pela maior parte dos artigos analisados. Sob esse viés, Agreli (2017), traz a definição de Prática Interprofissional Colaborativa (PIC), a qual é vista como uma colaboração contínua e uma prática de interação entre os profissionais de uma equipe, em que se valoriza

a especialidade e os benefícios que cada um pode trazer para o cuidado da pessoa. Nesse sentido, o trabalho colaborativo em equipe é essencial para os avanços nos processos de intervenção para crianças com TEA, com o propósito de obter avanços no acesso, na qualidade, na eficiência e na efetividade dos processos terapêuticos (ROMEY & ROSSIT, 2022). Para Simão *et al.* (2023), essa multiprofissionalidade entre os profissionais da APS, responsáveis por oferecer uma atenção integral aos cidadãos, ainda enfrenta inúmeros desafios. Dentre eles, destaca-se o recente processo de desmonte do SUS, que tem implementado estratégias e políticas de saúde públicas arcaicas. Essa problemática, aliada ao modelo de baixo incentivo, reflete nas práticas dos profissionais da equipe multiprofissional, uma vez que comumente gera desmotivação e descontinuidade na assistência à saúde, interferindo na intervenção e prognóstico de crianças com TEA (SIMÃO *et al.*, 2023).

De acordo com Pereira *et al.* (2021), essa fragilidade do SUS na assistência às crianças com TEA também é percebida pela falta de iniciativas na APS que sejam capazes de rastrear o espectro. A Academia Americana de Pediatria (AAP) recomenda, durante os 18 e 24 meses de idade, a realização de questionários como forma de triagem, visando à detecção precoce de indícios para TEA, como problemas de linguagem, interação social e repetitividade na expressão de movimentos (HYMAN *et al.*, 2020). No entanto, não há ainda uma iniciativa preconizada como padrão de rastreamento do TEA no SUS, e a captação de sinais precoces, geralmente, fica à mercê dos próprios pais, os quais, na maior parte dos casos, não possuem conhecimento dos sintomas e sinais do espectro (WALLIS *et al.*, 2020). Além disso, sabe-se que os questionários mais eficazes para diagnosticar precocemente o transtorno, consciente

da dificuldade de obtê-lo pela Atenção Básica de Saúde, são o AMSE e o M-CHAT (PEREIRA *et al.*, 2021).

Ainda em relação aos pais de crianças com TEA, é perceptível que sua adesão em termos de preparo, paciência e cuidado é imprescindível para que haja uma intervenção favorável. Dessa maneira, o envolvimento dos familiares otimiza o tratamento e os resultados no cuidado das pessoas com TEA, sendo então necessárias estratégias de interação e treinamentos entre profissionais da APS e cuidadores. Caso contrário, a intervenção poderá conduzir ao estresse parental, além de trazer desafios nos avanços terapêuticos da criança (SRINIVASAN *et al.*, 2021). Por conseguinte, para Dale *et al.* (2021), há urgência na inserção de ações colaborativas no cuidado de crianças com TEA na APS. Capacitar pais/cuidadores e profissionais é uma opção para alcançar melhores resultados e serviços para famílias e crianças.

Aliado a isso, em um estudo realizado por Costa *et al.* (2023), o qual foi desenvolvido em quatro Unidades de APS, objetivando a análise da assistência aos usuários com transtorno do espectro autista, mostrou-se que a maioria dos profissionais não possui conhecimento suficiente sobre o TEA. Os obstáculos são caracterizados pela falta de capacitação, de diálogo, e de conhecimento acerca dos métodos de rastreio do transtorno. Os profissionais das equipes que participaram da pesquisa, as quais são compostas por médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e agentes comunitários de saúde, foram submetidos a uma entrevista semiestruturada e revelaram dificuldades quanto ao manejo de pacientes com TEA (COSTA *et al.*, 2023). Tais desafios interferem diretamente no rastreamento e diagnóstico precoce do espectro, além de prejudicar a intervenção longitudinal realizada por profissionais na APS.

CONCLUSÃO

Considera-se a relevância da temática, devido à complexidade e à diversidade de comprometimentos presentes nos casos de pessoas com TEA, além de verificar um aumento crescente de diagnósticos dessa condição nos últimos anos, tornando-se cada vez mais evidente a necessidade de uma abordagem interprofissional no oferecimento de serviços que promovam cuidados de saúde eficientes para essas crianças.

Apesar do TEA ser um tratamento sem cura, o diagnóstico sendo feito nos primeiros 3 anos, juntamente com intervenções precoces, promove melhoria na cognição, afetividade, motricidade e comportamento da criança, minimizando os efeitos dos déficits que os acometem e melhorando a qualidade de vida, fato que demonstra a importância do diagnóstico precoce (DE LIMA *et al.*, 2022).

Nesse sentido, têm sido atribuídas às equipes de saúde multiprofissional a função de investigar os sinais do TEA para identificação precoce e assistência em consonância com as políticas de saúde a fim de compartilhar os questionamentos, as angústias e as necessidades dos familiares que se estabelecem no momento do diagnóstico (DE LIMA *et al.*, 2022).

Contudo, a falta de conhecimento e de capacitação dos profissionais da equipe multipro-

fissional da APS em relação às políticas de assistência em saúde ao usuário com TEA e seus familiares interferem na condução do apoio, de modo que o contato com esses pacientes ocorre apenas para a realização de vacinação, exames de rotina, medicações e consultas e são conduzidos como pacientes que apresentam doenças mentais ou algum outro tipo de transtorno.

Além disso, os médicos ainda não conseguem estabelecer uma relação dialógica adequada com a pessoa com TEA e sua família, fato que poderá gerar tensão e

conflitos emocionais por parte de pacientes e familiares no momento da descoberta, além da dificuldade de conduzir para onde eles têm que ir e dar as orientações necessárias aos pais.

No âmbito do SUS, é necessário o incentivo dos órgãos competentes e a oferta de um programa educação permanente, visando a qualificação da equipe multiprofissional para que estejam aptos a utilizar os recursos humanos e materiais voltados para a assistência às pessoas com TEA e seus familiares nas UAPS, visando a otimização dos recursos obtidos. Além disso, outra opção que se faz necessária é o maior investimento voltado para o desenvolvimento de pesquisas que possam desenvolver inovações na abordagem, sistematização e execução da intervenção do trabalho dos profissionais junto às crianças com TEA.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRELI, H.L.F. Prática interprofissional colaborativa e clima do trabalho em equipe na Atenção Primária à Saúde. Tese (Doutorado em Fundamentos e Administração de Práticas do Gerenciamento em Enfermagem) - Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. doi:10.11606/T.7.2017.tde-27062017-165741.

BRASIL. Ministério da saúde. Sistema Único de Saúde. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/sus>. Acesso em: 04/11/2023.

COSTA, B.O.C. *et al.* Transtorno do espectro autista na Atenção Primária à Saúde: desafios para assistência multidisciplinar. SMAD, Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas (Edição em Português), v. 19, n. 1, p. 13, 2023. <https://doi.org/10.11606/issn.1806-6976.smad.2023.180473>.

DALE, B.A. *et al.* Interprofessional Collaboration in School-Based Settings, Part 2: Team Members and Factors Contributing to Collaborative Success. NASN Sch Nurse, v. 36, n. 4, p. 211, 2021. doi:10.1177/1942602X211000117.

DE LIMA, F.S.R. *et al.* Evidências científicas sobre a identificação precoce do Transtorno do Espectro Autista (TEA) em crianças na Atenção Primária à Saúde: protocolo de revisão de escopo. Research, Society and Development, v. 11, n. 11, p. e550111133980, 2022. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i11.133980>.

HYMAN, S.L. *et al.* Council on children with disabilities, section on developmental and behavioral Pediatrics. Identification, Evaluation, and Management of Children with Autism Spectrum Disorder. American Academy of Pediatrics, v. 145, n. 1, p. e20193447, 2020. doi:10.1542/peds.2019-3447.

MELO, T.L. *et al.* Neuroplasticidade. Revista de Trabalhos Acadêmicos - Universo Recife, v.4, n.2, 2017.

PEREIRA, P.L.S. *et al.* Importância da implantação de questionários para rastreamento e diagnóstico precoce do transtorno do espectro autista (TEA) na atenção primária. Brazilian Journal of Health Review, Curitiba, v.4, n.2, p. 8364, 2021. <https://doi.org/10.34119/bjhrv4n2-360>.

ROMEU, C.A. & ROSSIT, R.A.S. Trabalho em Equipe Interprofissional no Atendimento à Criança com Transtorno do Espectro do Autismo. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 28, p. e0114, 2022. <https://doi.org/10.1590/1980-54702022v28e0114>.

SIMÃO, D.A.S. *et al.* Evidências sobre assistência à criança com transtorno do transtorno do espectro do autismo na Atenção Primária à Saúde: Revisão Integrativa. Revista Contemporânea, v. 3, n. 9, p.14688, 2023. <https://doi.org/10.56083/RCV3N9-067>.

SRINIVASAN, S.M. *et al.* From Social Distancing to Social Connections: Insights from the Delivery of a Clinician-Caregiver Co-mediated Telehealth-Based Intervention in Young Children with Autism Spectrum Disorder. Frontiers Psychiatry, v. 12, p. 700247, 2021. doi:10.3389/fpsy.2021.700247.

WALLIS, K.E. *et al.* Adherence to screening and referral guidelines for autism spectrum disorder in toddlers in pediatric primary care. PLoS One, v. 15, n. 5, p. e0232335, 2020. doi:10.1371/journal.pone.0232335.

WEISSMAN, L. Autism spectrum disorder in children and adolescents: Overview of management. In: UpToDate, Post TW (Ed), UpToDate, Waltham, MA, 2022.